

# ***A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”***

---

*Francisco Fonseca*

## ***Introdução***

Este trabalho objetiva discutir o papel político-ideológico da grande imprensa brasileira no que tange ao embate entre as doutrinas “intervencionista” (keynesianos, social-democratas, nacional-desenvolvimentistas) e ultraliberal.<sup>1</sup> Pretende-se demonstrar como os principais periódicos nacionais – isto é, o *Jornal do Brasil* (JB), *O Globo* (OG), a *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) – procuraram influenciar os grupos sociais estratégicos assim como formularam a agenda política que, a rigor, seria implementada no governo Collor.

Durante a chamada “Nova República” (1985-1989), momento de transição do regime político e de revisão econômica por parte de diversos atores, os periódicos em foco – possuidores de perfis ideológico-editoriais distintos – se envolveram em disputas renhidas sintetizadas na contenda pela reversão do mode-

---

*Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 31, 2003, p. 83-105.

lo de desenvolvimento, até então caracterizado pela intervenção do Estado na economia, isto é, o modelo nacional-desenvolvimentista. O embate que paulatinamente tomou corpo no Brasil em verdade já se constituía nos países de capitalismo central, sobretudo desde a ascensão de Thatcher e Reagan no início dos anos 1980. Paralelamente, observar-se-ão os efeitos das mudanças no modelo de acumulação, em que a configuração “fordista/keynesiana” (intervencionista) do pós-Segunda Guerra cederá paulatinamente lugar ao chamado “modelo de acumulação flexível”, caracterizado pela extrema flexibilização do processo produtivo, entre outros aspectos. Assim, pretende-se neste trabalho conjugar a variável político-ideológica (a luta pela hegemonia) à variável econômica (a questão do modelo de acumulação capitalista). Tal articulação é fundamental por permitir uma compreensão ampla dos grandes embates históricos, pois, além do mais, os próprios interesses da grande imprensa como empresa capitalista e como representante de grupos sociais podem ser analisados.

Na parte final deste trabalho, pretende-se demonstrar, sobretudo através de excertos de editoriais dos quatro jornais, como se deu a atuação destes em relação à construção da agenda ultraliberal. Veremos que as controvérsias a respeito de questões como a ordem internacional pós-queda do muro de Berlim, a abertura econômica, as privatizações, a reserva de mercado à indústria nacional da informática, o capítulo sobre a ordem econômica da nova Constituição, entre outros, expressaram especificidades nacionais de um embate ideológico maior, pois internacional, dado que nas décadas de 1980 e 1990 tal embate varreu o mundo com a inequívoca vitória das teses ultraliberais.

### *O papel político-ideológico da grande imprensa*

Tendo em vista ser a *imprensa*, notadamente a grande imprensa escrita, a instituição capaz de publicizar linhagens ideológicas com eficácia, este trabalho entende serem os periódicos em foco instrumentos estratégicos de representação político/ideológica. Em razão de sua periodicidade diária e de seu complexo aparato ou ferramental jornalístico, utilizado em larga medida de forma subliminar, os jornais são capazes de exercer uma influência sutil que lhes permite sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação nos grupos estrategicamente reprodutores de opinião, constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira. Além do mais, objetivam a veiculação de idéias que influenciem a chamada “opinião pública”,<sup>2</sup> os detentores do poder estatal, além de outros segmentos sociais estratégicos.

Não bastasse isso, as *trincheiras ideológicas*, no contexto de uma guerra de posições, são particularmente expressas na atuação dos jornais.<sup>3</sup> A grande imprensa, concebida como ator político-ideológico, deve ser compreendida



“como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (Capelato e Prado, 1980: XIX). Além do mais, representa uma instituição em que “se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues” (Capelato, 1988: 18). Seus órgãos se caracterizam como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia*, pois:

(...) são organismos sociais “privados”, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidente” – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo “privado” entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou “contratual” – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade. (Coutinho, 1994: 54-5)

Por mais que a elaboração de um jornal de grande circulação seja extremamente complexa, em razão da diversidade de pessoas e de temas envolvidos, da velocidade da informação e do próprio *processo de produção* jornalístico<sup>4</sup> – que se inicia de certa forma com as fontes/bastidores/reportagens e termina impresso nas páginas do periódico, entre outros aspectos –, há no jornal como um todo um *núcleo ideológico*, sintetizado em boa medida pelos *editoriais*, mas que perpassa (ênfatize-se) o periódico como um todo. Além do mais, a rígida hierarquia existente nas empresas jornalísticas demonstra claramente que, apesar dessa complexidade, os seus proprietários possuem um amplo controle sobre o *processo produtivo da informação*, e conseqüentemente sobre o produto final, as notícias, que são concebidas como mercadoria. Os jornais, como *empresas capitalistas*, foram analisados por Max Weber, para quem:

Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable.

(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista *en el interior* de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa em general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública? (Weber, 1992: 255, grifos do autor)<sup>5</sup>

Ora, o *papel empresarial da grande imprensa* torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse a função de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis muito mais complexas e sutis.<sup>6</sup> O fato de o capital fixo investido ser volumoso faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes provoque estragos nessa atividade “de risco” que é a produção de *informação*. O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como *aparelho privado de hegemonia*. A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave nesse equilíbrio.<sup>7</sup>

Mas analisar a imprensa como *aparelho privado de hegemonia* implica desnudar um discurso por excelência ideológico, *ideologia*<sup>8</sup> aqui entendida como *capacidade de universalização de interesses/visões de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade*.

Concretamente, neste trabalho observa-se o papel político da grande imprensa através da perspectiva do *embate ideológico com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal*, ou, em outras palavras, da condução (*direção*) do movimento que o produz. Tal embate representa o cerne da questão da substituição da *agenda político-econômica* – isto é, do desenvolvimentismo pelo ultraliberalismo –, substituição esta influenciada por autores ultraliberais como Von Mises, Von Hayek, Milton Friedman, entre outros.

Dessa forma, tanto a elaboração de certas idéias quanto a canalização de um conjunto delas fazem com que a grande imprensa seja peça fundamental para a – aqui pressuposta – conquista hegemônica por parte do ultraliberalismo. Gramsci assim define a relação entre a imprensa e seus leitores:

(...) o elemento fundamental [além do aspecto comercial] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas. (Gramsci, 1985: 179)

[Em contrapartida:] Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos “transformáveis” filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos “econômicos”, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. (Gramsci, 1985: 163)

A simultaneidade do caráter ideológico e econômico do leitor (receptor), apontada por Gramsci, remete uma vez mais à caracterização da grande im-



prensa, estruturada como: a) *aparelho privado de hegemonia*; b) empresa capitalista, e c) ator político-ideológico (por vezes assemelhado a um partido político).

Ora, essa tripla caracterização – que por vezes denota tensão – conflui para a *veiculação das idéias*, na qual a imprensa possui um papel central, pois implica *disponibilizar “argumentos” e imagens, sob a forma de informação*, ao cidadão comum, através de uma linguagem simples que, em determinadas circunstâncias, assume o caráter de *vulgarização*. Isso se dá por meio da elaboração de pares dicotômicos, elaborados deliberadamente sem mediações, com vistas à *divulgação* de questões altamente complexas, caso da crise do modelo de desenvolvimento intervencionista, que observarmos na última seção deste trabalho.

### *A grande contenda ideológica do século XX e as transformações no modelo de acumulação capitalista*

Entre outras contendas relevantes ocorridas no século XX, pode-se afirmar que as proposições “intervencionistas” encontraram nos ultraliberais vigorosos opositores. Tal contenda perpassa todo o século e é sintetizada nas figuras de Keynes e de Hayek.

Quanto ao keynesianismo, representou uma dupla revolução: na *teoria econômica*, ao subverter as antigas crenças na capacidade panacéica do mercado, e na *atuação política*, ao propiciar um programa de ação estatal balizado teoricamente na economia política (Estado como manejador de políticas macroeconômicas). Note-se, contudo, que tanto as condições materiais – necessidade de reconstrução das economias destruídas pela guerra – quanto os temores em relação ao socialismo serviram de mote ao “consenso keynesiano” que se formaria. Mas esse consenso quanto à presença ativa do Estado torna-se praticamente universal, pois tanto os países capitalistas centrais como os periféricos, embora estivessem em situações distintas, tiveram no aparato estatal o agente central de indução ao desenvolvimento e de viabilização da “justiça social”.

No Brasil, entre outros países periféricos, o chamado “nacional desenvolvimentismo” teve no Estado o agente que, além planejar, proteger e subsidiar o capital nacional e induzir o desenvolvimento, participava do mesmo através de atividades empresariais (Estado-empresário). Nos anos 1940, portanto em pleno processo industrializador, a contenda entre intervencionistas e liberais fora personificada respectivamente por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, por meio da conhecida “controvérsia sobre o planejamento”.<sup>9</sup> O embate brasileiro continuou após esse episódio, perdurando até os dias de hoje.<sup>10</sup>

O processo até aqui analisado confluiu, no pós-Segunda Guerra, para a emergência de um *novo modelo de acumulação e de regulação político-ideológica*. Em outras palavras, a agenda política e econômica presente em nível internacional

permaneceu expressando a desconfiança no “mercado-livre”, além de incorporar a demanda por justiça social e por um papel ativo do Estado. Vejamos como se dá essa configuração, isto é, quais os pilares do chamado modelo *fordista/keynesiano*.<sup>11</sup>

- modelo de acumulação baseado na estruturação fordista, isto é, a circunscrição fabril em poucos territórios nacionais e a organização rígida no que tange à estrutura produtiva, ao consumo, ao capital produtivo e à força de trabalho;
- relação capital/trabalho regulada de forma corporativa pelo Estado;
- intervenção estatal, através do planejamento econômico e da regulação do mercado (lucros, royalties, salários e preços), da proteção ao capital nacional, e da criação de um Estado de bem-estar social (*welfare state*);
- ordem internacional estruturada bipolarmente (guerra fria).

Dessa forma, no âmbito capitalista, apesar da assimetria de poder entre os países centrais e periféricos, os *modelos de acumulação* e de *regulação ideológica* possuíram elementos comuns, vinculados fundamentalmente ao papel indutor/regulador do Estado. O liberalismo, portanto, notadamente no pós-guerra, *consolidara* seu brusco declínio, que a rigor vinha ocorrendo desde os anos 1930. É justamente nesse momento (o pós-guerra) que a resistência ultraliberal se articula,<sup>12</sup> pois está voltada justamente contra todas as características e variantes tidas como *intervencionistas*. Vejamos, então, como os ultraliberais resistiriam ao *intervencionismo* presente durante a maior parte do século XX.

### *A crise dos anos 1970 e a ascensão do ultraliberalismo*

O modelo fordista/keynesiano fora destronado em meados dos anos 1970, a partir sobretudo dos dois “choques do petróleo” (em 1973 e 1979), gerando, assim, “disfuncionalidades” na economia. Antes disso, porém, em 1971, houve a proibição, por parte dos EUA, à convertibilidade ouro/dólar que, além de desmontar a arquitetura financeira instaurada em *Bretton Woods*, sinalizara o que estaria por vir: *o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro*, cada vez menos lastreado na produção. Uma espécie de “capitalismo de cassino”, segundo expressão já usual, fora aos poucos se consolidando, através de inúmeros novos mercados financeiros, a ponto de, hoje, mais de um trilhão de dólares circular *diariamente* nesses mercados em todo o mundo. Isso somente tornou-se possível graças à criação de mecanismos informacionais que romperam certos limites das fronteiras nacionais. Esses capitais especulativos tornaram-se vorazes por toda sorte de ativos voláteis, gerando incertezas e impactando economias em segundos, num apertar de teclas.

É nesse contexto de profunda desestruturação da ordem econômica estabelecida no pós-guerra que podemos compreender a ampliação da audiência à



retórica ultraliberal. Mas os novos mercados/capitais financeiros representam apenas parte de algo maior, que pode ser descrito como *modelo de acumulação flexível*. Vejamos suas bases para que, assim, possamos compreender a estrutura econômica na qual os ultraliberais puderam tornar-se hegemônicos, influenciando o discurso da grande imprensa em todo o mundo. Tal reversão vem significando uma nova conformação econômico-social e político-ideológica, e conflui, como veremos, à *hegemonia ultraliberal*. De forma panorâmica, os fatores estruturais, no que tange ao modelo de acumulação, que contribuíram sobremaneira para a substituição da Agenda e da hegemonia vigentes desde o pós-guerra dizem respeito, entre outros:

a) à *reestruturação produtiva*, paulatinamente tornada *flexível*, nos seguintes aspectos:

- introdução de novas tecnologias (sobretudo a informática e a robótica) e de novos modelos de gestão empresarial que implicam a redução do capital humano;

- utilização do incessante processo de subcontratação de empresas (com perfis díspares) em substituição à clássica “empresa gigante” fordista;<sup>13</sup>

- expansão geográfica da produção econômica;

- rompimento do pacto entre Capital e Trabalho, até então intermediado pelo Estado, implicando uma brutal diminuição do poder dos sindicatos;

b) à *transformação da ordem internacional e à maior interdependência das economias nacionais*, em razão do ocaso do socialismo, expandindo o capitalismo para quase todos os países do globo. Com isso, as assimetrias entre os países foram ampliadas, mas, apesar destas, o tema da *abertura econômica* vem ocupando a Agenda internacional desde o início da década de 1980, tendo sido criada, com o fim de liberalizar o comércio mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), provocando com isso uma menor proteção aos capitais nacionais, sobretudo nos países periféricos. Também a ascensão dos blocos regionais marca esse período.

O modelo de acumulação flexível fora, portanto, o contexto econômico para importantes transformações políticas e ideológicas que se verificaram a partir do final dos anos 1970. Trata-se da ascensão ao poder de agrupamentos políticos perfilhados – não sem contradições – ao ultraliberalismo, sintetizados nas aludidas figuras de Thatcher e Reagan, que comandaram uma verdadeira revolução ideológica no sentido de espriar as idéias ultraliberais.

Especificamente quanto à América Latina, o chamado “Consenso de Washington” (1989) representou basicamente um modelo a ser seguido pelos países latinos através dos seguintes pontos: disciplina fiscal; reforma tributária desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização em massa; desregulação, e aprovação/reconhecimento da lei das patentes.

Por seu turno, sobretudo na década de 1980, ocorrera também uma mudança no papel das agências multilaterais, tais como o FMI e o Bird, entre outras, que estavam fortemente vinculadas aos interesses dos EUA. Como consequência das transformações do modelo de acumulação, assim como da propagação ideológica e das assimetrias do poder internacional, essas instituições contribuíram decisivamente para a reformulação da ordem econômica internacional.

Dai o termo “globalização” ter adquirido ampla notoriedade na medida em que pretende significar a supressão de fronteiras econômicas e a autonomia dos capitais em relação ao controle dos Estados nacionais.<sup>14</sup> É importante observar a adesão da grande imprensa a esse termo.<sup>15</sup>

Portanto, a atuação do *movimento ultraliberal* – através do discurso radicalizado dos aparelhos privados de hegemonia, da ascensão de governos ideologicamente vinculados a esta corrente e da mudança das instituições internacionais – é decisiva ao surgimento do modelo de *acumulação flexível*.

Por mais que os diversos fatores estruturais acima relatados (referentes à acumulação flexível) possuam uma relativa independência, não se pode deixar de considerar o papel de um movimento que fora, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*, pois, afinal, *estrutura produtiva e discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se mutuamente.

Nesse contexto de revigoração ultraliberal, as idéias-chave – personificadas em programas de governo – desenvolvidas pelos intelectuais dessa vertente podem ser assim *tipificadas*:

- precedência da *esfera privada* (o indivíduo *livre no* mercado) sobre a esfera pública, donde os temas da privatização e da desproteção das economias nacionais ocuparem papel central;
- desmontagem do Estado de bem-estar social, concebido (e estigmatizado) como ineficaz, perdulário e autoritário, além de indutor de comportamentos que não valorizariam os esforços individuais;
- forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de “escolha individual” e da “soberania do consumidor”;
- ênfase nas virtudes do *livre-mercado* por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma “natural” distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade;
- aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual;
- ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do Estado, que deveriam voltar-se à garantia: a) da ordem e da paz; b) da propriedade privada; c) dos contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) do livre-mercado, através da proibição de práticas anticoncorrenciais; e) da elaboração de “nor-



mas gerais e abstratas” de conduta; e f) da desregulamentação de todos os mercados.

Esses pontos constituem uma verdadeira *Agenda de reformas*, propugnada principalmente pelos *think-tanks*<sup>16</sup> e transmitidas pelos *aparelhos privados de hegemonia*. Essa Agenda seria adaptada a cada país, conservando-se contudo tanto as matrizes quanto o *ethos* que a preside. É esse, portanto, o cenário das décadas finais do século XX, ao qual a grande imprensa brasileira foi instada a se colocar.

### *A grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*

Vejamos, embora brevemente, como os quatro jornais se colocaram perante o embate intervencionismo *versus* ultraliberalismo. O contexto, para tanto, será a chamada “Nova República”, momento particularmente importante da história brasileira, pois uma série de eventos marcou tanto a transição política quanto, sobretudo, a construção da agenda ultraliberal no país, tais como: os diversos choques econômicos, a elaboração da nova Constituição (1987/1988), a declaração da moratória da dívida externa (1987), a emergência de diversos grupos que se autodenominavam liberais, caso do Partido Liberal e do Instituto Liberal, assim como diversos movimentos sociais (ligados às classes médias e aos empresários) voltados à defesa da “livre-iniciativa”. Numa palavra, foi justamente nesse período que as bandeiras ultraliberais chegaram ao Brasil, embora não tenham sido aplicadas pelo governo Sarney. Houve, portanto, um descompasso – um verdadeiro duelo – entre o que demandavam os setores ponderáveis das elites estrangeiras e nacionais (entre os quais a grande imprensa ocupa posição-chave) e as ações governamentais e parlamentares. Vejamos então como a grande imprensa participou ativamente deste embate.<sup>17</sup>

Começemos pelos jornais doutrinários, autodefinidos como “liberais” – *JB* e *OESP* –, para, logo em seguida, apresentarmos os, também de certa forma auto-referidos, “pragmáticos”, isto é, *OG* e *FSP*.

Para o – militantemente liberal – *Jornal do Brasil* (*JB*), a clareza da luta ideológica se expressa de forma perene, tal como o editorial abaixo demonstra cristalinamente:

O fenômeno do thatcherismo transcende as fronteiras inglesas. É um dos traços mais característicos de um movimento que começa a dominar o atual fim de século e a inverter hábitos mentais e de comportamentos.

(...) o keynesianismo deu respeitabilidade a formas novas de intervenção do Estado na economia (...). O Estado empunhava a bandeira da justiça social: marcaria presença sempre que fosse necessá-

rio corrigir distorções na economia. Isso gerou algumas décadas de “estatismo esclarecido”. (...)

A “revolução” do thatcherismo põe em questão os efeitos desse movimento. Onde cada vez mais pessoas se colocam sob a proteção do Estado, o incentivo de crescer e produzir diminui pouco a pouco. (...) para exercer funções sempre crescentes, o Estado é obrigado a estabelecer (...) uma burocracia cada vez mais numerosa. (...) a manutenção dessa burocracia custa mais caro do que os eventuais benefícios que ela possa estar prestando. (...)

É um fenômeno mundial (...). *Resta saber de que modo um país como o Brasil, sufocado por um estatismo abrangente, encontrará maneiras de viver, nesse terreno, a sua própria época. Dobram os sinos para a elefantíase do Estado. Quem não acordar para isso pode intitular-se “progressista”, mas estará apenas repisando chavões antiquados.* (JB, editorial, 13/06/1987, sublinha do jornal, grifos nossos)

Esta longa passagem sintetiza a clareza do jornal acerca da grande contenda mundial que antagonizara liberalismo *versus* intervencionismo. O viés crítico sobre os Estados europeus de bem-estar social, ao lado dos contínuos e intensos aplausos ao ultraliberalismo de Thatcher, são indicativos da grande batalha em que o *Jornal do Brasil* se envolveu durante toda a “Nova República” e mesmo depois desta. Em verdade, embora com particularidades importantes, os quatro periódicos possuíam essa consciência.

É esse portanto o contexto internacional de constituição da hegemonia ultraliberal em que o thatcherismo tornara-se guia à grande imprensa; esta passa a questionar, por exemplo, os efeitos para a economia brasileira da *reserva à indústria nacional da informática*, isto é, além das retaliações comerciais norte-americanas, a impossibilidade de as empresas dos diversos setores terem acesso à tecnologia estrangeira de ponta. Assim, para o JB, não se deveria transformar a ambição de autonomia tecnológica “em uma fábrica de cartórios, de xenofobia ou em uma catapulta para a informática dominar todo o processo industrial” (JB, editorial, 04/11/86). Por mais que essas considerações sejam ponderadas e democráticas, o referido contexto no qual se inserem faz com que mesmo essas demandas (eventualmente) democráticas sejam obscurecidas. Afinal, a atuação da grande imprensa em prol da implementação da agenda ultraliberal deu-se em detrimento de um debate aberto, pois as diversas vozes discordantes não seriam ouvidas pelos jornais e, além do mais, essa atuação fora destituída de um projeto global que incluísse os diversos interesses nacionais.

Por isso, a oposição às reservas de mercado ao capital nacional, sobretudo à informática, esteve presente em praticamente todo o período de análise des-



te trabalho, tornando-se unanimidade na grande imprensa, com a breve e inicial exceção de *OG*, logo revertida. O fato de os periódicos serem importadores de tecnologia informacional, a começar pelas rotativas – cruciais à indústria da notícia –, é possivelmente um dos fatores para tanto, sobretudo num mundo interligado *on line*, com todas as implicações econômicas e tecnológicas daí advindas. Mas, de forma ainda mais importante, a defesa do Capital Global<sup>18</sup> é fator-chave para a compreensão dos motivos da adesão da grande imprensa ao projeto ultraliberal, a começar pelo *JB*.

Em relação ao – liberal/positivista<sup>19</sup> – *O Estado de S. Paulo (OESP)*, este jornal levou ao paroxismo a comparação, normalmente descontextualizada, entre países que supostamente obtiveram êxito e os que fracassaram no que tange ao desenvolvimento econômico, o que faria o Brasil ter de optar por qual modelo seguir. Por isso, em forma de pares antitéticos, exagera propositadamente ao dizer que seremos ou Moçambique ou Japão, pois as definições do Congresso Constituinte (em 1987/1988) acerca de temas econômicos a serem inseridos na futura Constituição nos levariam a um ou outro modelo:

A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. (...) se na (...) Constituinte forem aprovados os textos (...) referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte de petróleo (...) à reforma agrária.

É o futuro do Brasil que está em jogo – vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. (...) É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão. (*OESP*, editorial, 26/04/1988)

É evidente que a associação imagética do Brasil a Moçambique é forjada, pois tanto o desenvolvimento iniciado no Brasil desde 1930 quanto a inserção do país no sistema internacional (que ocorre, a rigor, desde a Colônia), além do grau de diversidade econômica existente, tornam tal comparação totalmente sem significação. A estratégia implica apontar os “descaminhos” do Brasil, mesmo que a realidade contradite as assertivas. Assim, *OESP* expõe os exemplos internacionais como forma de, ostensiva e reiteradamente, cotejá-los ao Brasil. Note-se que esse tipo de comparação encontrar-se-ia em todos os quadrantes, não sendo portanto privilégio de um continente, embora os exemplos latino-americanos fossem os mais enfatizados, dada a proximidade com o Brasil. Daí o extremamente autoritário Chile do general Pinochet também ser considerado um modelo no que tange às reformas econômicas, e válido apesar do autoritarismo do regime, pois:

(...) até aqui envolta em sombras graças também à ação das patrulhas ideológicas que se movem no Continente e influenciam fortemente o discurso de largos setores da imprensa. A exposição desse outro lado (...) permite contemplar a boa saúde da economia nacional, batida por ventos favoráveis que a vão distanciando dos demais países da América Latina, atormentados por crises endêmicas, pelo crescente endividamento externo e pelo fantasma da hiperinflação.

Esses estimulantes resultados decorrem da coerente firmeza com que vem sendo executada uma política econômica adotada ainda em 1973, e desde então, mantida a todo custo em seus caracteres essenciais. Um deles é a crença na eficácia da economia de mercado, conjugada com a certeza de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo.

*O Brasil, por exemplo, só teria a aprender se olhasse sem preconceitos um país que, se ainda é o Chile de Pinochet, já é também o Chile da economia de mercado e do Estado moderno. (OESP, editorial, 14/08/1988, grifos nossos)*

Esta passagem é reveladora, pois o jornal demonstra que procura obter uma nova hegemonia em meio à disputa pela implementação de um projeto pós-transição à democracia. Daí a explícita referência à imprensa que, segundo *OESP*, estaria submetida à hegemonia do que chamara, pejorativamente, em inúmeros editoriais, de visão “esquerdóide nacionalisteira”.<sup>20</sup>

Mas o que é mais importante na passagem diz respeito à *concepção de democracia*. Afinal, para o jornal (assim como para seus congêneres), a economia de mercado é um pressuposto para a existência da liberdade e sobretudo da democracia. Ora, o que o exemplo acima do regime Pinochet revela é que, *para OESP*, a liberdade de mercado não tem como consequência necessária a democracia. Em outras palavras, o mercado parece conter a essência da (concepção de) liberdade. Logo, se puder haver liberdade de mercado conjugada com a democracia (pensada em termos estritamente político-institucionais) tanto melhor. Se não, o quesito “liberdade de mercado” seria suficiente – pode-se inferir – para se considerar um regime adequadamente *democrático*. No limite, para *OESP* parece preferível que um país seja “livre” economicamente, e autoritário em termos políticos, do que o inverso, tal como, aliás, sustentam figuras como Hayek e Friedman. Portanto, as experiências internacionais seriam cruciais para o Brasil abrir os olhos para a “modernidade”.<sup>21</sup>

Vejamos agora os jornais que se definem como “pragmáticos” (dado não advogarem doutrinas). No que tange ao – historicamente governista<sup>22</sup> – *O Globo* (OG), o tema da *proteção ao Capital nacional* tornou-se progressivamente alvo de



oposição cerrada, sobretudo em virtude da discussão da Ordem Econômica na Constituinte. O jornal dirá que restringir a participação do capital estrangeiro no país, diferenciando-o do nativo, implicaria “Restrição ao interesse nacional”, título de um editorial crítico e irônico à decisão diferenciadora inicialmente adotada pela Constituinte, pois:

A definição extremamente restritiva de empresa nacional (...) não pode ter sido inspirada em propósito que mereça o nome de nacionalista, de tão contrária que é ao mais urgente interesse nacional, o do nosso desenvolvimento econômico e social. (...) Afinal, o mundo inteiro sabe hoje que os períodos de crescimento interno generalizado coincidem historicamente com as fases de mais livre e dinâmico comércio externo. (OG, editorial, 24/11/1987)

Assim, o capital exterior será requerido e justificado – na verdade, pela grande imprensa como um todo –, pois apontará razões: a) de princípio (adesão ao liberalismo); b) pragmáticas (ausência de poupança nacional); c) históricas (a onda inescapável das reformas ultraliberaís), e d) tecnológicas (a crença de que os capitais forâneos atualizariam tecnologicamente o parque produtivo do país), entre outras. Dessa forma, *O Globo* – através de um discurso reiterativo – rejeita os argumentos dos que querem a proteção, pois “todas as propostas estatizantes em curso na Constituinte douram-se de progressistas, de bandeiras de esquerda, de socialistas. *Pouco importando, na atribuição do qualificativo de progressista, se apresentam um avanço ou recuo da realidade brasileira contemporânea*” (OG, editorial, 08/06/87, grifos nossos). A disjuntiva entre “progresso” e “estatização” aproxima o jornal de seus congêneres doutrinários.

Por outro lado, é importante notar que os contenciosos financeiros (com os credores internacionais) e comerciais, sobretudo com os EUA, se constituem em preocupações às quais não apenas OG, mas toda a grande imprensa, definem como cruciais. Assim, atacar posições tidas como nacionalistas seria fundamental à reversão do modelo desenvolvimentista.

Por outro lado, além dos interesses materiais que a grande imprensa expressa, há que se considerar o *aspecto simbólico*, isto é, as representações valorativas envolvidas no imaginário de se pertencer ao chamado “Primeiro Mundo”, pois possuem um peso não desprezível, dado que os periódicos transmitiram a idéia de que o Brasil poderia ser um país capitalista central. Sobretudo para uma imprensa que tem como interlocutores basicamente as classes médias e as elites econômico-culturais, paralelamente ao fato de o próprio modelo ideológico de seus proprietários ser inspirado em particular nos EUA, tal simbolismo deve ser ressaltado, pois permeia todos os jornais.

Um exemplo significativo expresso por *O Globo* e representativo de toda a grande imprensa diz respeito à dívida externa brasileira que, no contexto de outros devedores, ocupa lugar privilegiado na agenda política em virtude tanto dos efeitos internos à economia quanto do relacionamento com a comunidade internacional. Tema por excelência controvertido, *OG* se posiciona de forma ambígua, pois ao mesmo tempo que critica a iniquidade da ordem internacional, evita radicalizações, tendo em vista pretender afastar-se completamente de teses que, mesmo que indiretamente, pudessem ser associadas às perspectivas: a) “esquerdistas”; b) nacionalistas; c) “terceiromundistas”; d) anticapitalistas, e e) voltadas à oposição entre países “ricos” e países “pobres”. Assim, ao criticar um pronunciamento do presidente Sarney, devido a um (considerado) veto moralizante sobre a assimetria internacional, afirma que:

Propor atualmente uma união do Terceiro Mundo – com os países pobres tentando se desenvolver por conta própria, “à revelia dos ricos” –, firmada talvez num eixo Pequim-Brasília, é (...) incoerência em quem falara de parceria: a parceria começa pela negação dos exclusivismos, (...) é reconhecimento, teórico e prático, da complementaridade econômica. (*OG*, editorial, 07/07/1988)

Portanto, as posições de *OG* – e de seus congêneres – permanentemente procuram guardar um claro distanciamento em relação àquilo que pudesse ser identificado com as bandeiras de seus adversários ideológicos. No exemplo acima, Sarney se teria equivocado ao esposar opiniões esgrimadas justamente por esses adversários; essa crítica ao presidente será, de toda forma, excepcional, pois, além do governismo contumaz, *OG* apoiará iniciativas governamentais voltadas a minorar o problema da dívida – *desde que não implicassem rupturas ou radicalizações, pois somente pertenceríamos ao “Primeiro Mundo” se nos aproximássemos deste.*

Mas a ordem internacional também será criticada, pois o pagamento da dívida externa, dadas as altas taxas de juros, comprometeria o desenvolvimento do país assim como sua capacidade de pagar a própria dívida. Deveria haver, portanto, *responsabilidades compartilhadas* entre devedores e credores, pois:

Os países devedores têm uma boa dose de responsabilidade por essa situação, à medida que se preocuparam em pintar o FMI ou os credores do Clube de Paris como bodes expiatórios de todos os seus males. Mas (...) os países ricos e as instituições internacionais pouco também se movimentaram para atenuar a crise. (*OG*, editorial, 13/03/1988)

Esta passagem de certa forma resume a posição do jornal sobre o problema, pois, ao exercer funções de porta-voz do Capital Global, atua no sentido de



*evitar deteriorações no relacionamento entre credores e devedores*, pois estas levariam potencialmente a uma crise sistêmica do capitalismo, abrindo flancos aos adversários deste regime. Afinal, existiriam “inúmeras fórmulas capazes de conciliar os interesses do Brasil com os dos credores” (OG, 17/07/1989).

O aspecto crucial, válido para todos os jornais, refere-se ao zelo por uma ordem internacional mais equânime, isto é, que preservasse os interesses e a reprodução do capitalismo e do Capital Global; em outras palavras, procuraram um equilíbrio numa situação instável.<sup>23</sup>

Por fim, para a – ideologicamente volátil<sup>24</sup> – *Folha de S. Paulo (FSP)*, que dedicou uma atenção extremada à adesão do país às “tendências (ultraliberaais) internacionais”, “um mínimo de sensibilidade às *tendências da opinião pública* (...) bastaria aos constituintes para decidir de modo a não sacrificar, com algumas frases de efeito e restrições legislativas arbitrárias, os *interesses pragmáticos do país*” (FSP, editorial, 18/04/1987, grifos nossos).

O pragmatismo referido implica a rejeição a que se adotassem “princípios ideológicos” quanto ao modelo de desenvolvimento. Pragmatismo é, pois, para o jornal, antítese de ideologia, o que resultaria em ganhos ao “bem comum”.

Deve-se ressaltar, contudo, que em plena era de ascensão de grupos portadores de bandeiras ideológicas de estirpe ultraliberal e, mais ainda, de efetivas reformas informadas por esta ideologia, propugnar pragmatismo em detrimento dos valores ideológicos torna-se pouco crível. Afinal, se a própria FSP não se cansou de apontar para as tendências internacionais pró-mercado, e, sendo estas em boa medida resultantes desse discurso ideológico – e também das mudanças no modelo de acumulação, como vimos –, é evidente que o jornal seria influenciado por essas tendências.

A maneira como retrata esse movimento leva-nos a inferir que a FSP talvez não tenha aderido ao programa ultraliberal como um todo, mas aceitou integralmente, sem questionar, o *sentido* desse movimento, sobretudo a partir de 1987. É isso o que se infere do editorial intitulado “Economia e privatização”:

Não é novidade que os países ocidentais de maior desenvolvimento atravessam um período de valorização do papel da economia privada e de refluxo do Estado-empresário. Esse verdadeiro processo de retomada da iniciativa particular sequer se limita aos governos baseados em forças conservadoras. (...) Não faltam, assim, exemplos de países que escolheram a alternativa privatista; *não faltam resultados extremamente favoráveis obtidos por políticas amplas de transferência das empresas governamentais para a sociedade.*

São casos que não podem ser desprezados pelas economias excessivamente estatizadas. (*FSP*, editorial, 15/06/1987, grifos nossos)

Como se observa, é difícil dizer-se não influenciado pela ideologia hegemônica, pois justamente as tão propaladas “tendências internacionais” nada mais representaram do que a progressiva instauração, nos mais diversos quadrantes, da configuração de um Estado *aproximadamente* (ultra)liberal,<sup>25</sup> em que a *privatização* tornou-se um verdadeiro símbolo.

Por fim, em relação ao posicionamento dos jornais na ideologicamente polarizada sucessão presidencial de 1989, quanto mais o quadro eleitoral fora se tornando nítido, a *Folha* intensificou seu auto-requerido papel de “fiscal” dos candidatos. Mais ainda, deixou claro que o papel da *moderna* imprensa nas democracias seria justamente este.<sup>26</sup> Assim, segundo a *FSP*, haveria por parte da imprensa “O dever de desconfiar”, título de um editorial voltado à explicitação de sua postura editorial nas eleições. Tal dever se expressaria em relação a toda e qualquer proposta dos candidatos, mas em especial às relativas à sintonia, ou não, entre o conteúdo das “propostas” e o “passado” dos postulantes, ou ainda (caso do editorial abaixo) à utilização do marketing político em detrimento dos conteúdos das propostas. Para a *FSP*:

Uma tentativa desesperada de neutralização, de pasteurização, de superficialização das atitudes e dos comportamentos parece orientar a campanha política: o desempenho de Collor nas pesquisas eleitorais tem indicado o sucesso desta estratégia.

Um jornalismo que não queira compactuar com este processo; que se recuse a servir como linha auxiliar de um vasto mecanismo de administração anônima das atitudes políticas; que não se contente com a superficialidade ilusória das imagens bem comportadas terá de exercer (...) ao máximo o seu espírito de crítica e a sua desconfiança, contra todas e quaisquer candidaturas. (...)

[Por outro lado] *Nada seria mais equivocado do que pretender que determinado órgão de imprensa atue como se fosse um substituto da sociedade*, como se pudesse, pela manifestação de suas simpatias, de suas esperanças subjetivas, agir como um colégio eleitoral imaginário e privilegiado, que precedesse, com suas escolhas e inimizades, uma decisão que pertence apenas ao eleitor. (*FSP*, editorial, 21/06/1989, grifos nossos)

A fiscalização ativa e independente é o que propõe o jornal e, de fato, procedeu dessa forma com todos os candidatos. Ocorre, contudo, que uma *cobertura jornalística* não se circunscreve apenas à adoção de um método homogêneo de



acompanhamento das candidaturas ou mesmo da distribuição de espaços semelhantes aos candidatos. Uma cobertura é feita com sutilezas, que, no caso, foi possível captar através de uma série de reportagens que a *FSP* publicou durante todo o mês de outubro de 1989, portanto muito próximo às eleições. Tratava-se de *reportagens especiais diárias* denominadas “Menos governo, menos miséria”, vinculando ostensivamente a existência de graves desigualdades sociais no país – expressas no lema “menos miséria” – às alegadas e supostamente demonstradas mazelas do setor público, identificadas pela expressão “menos governo”; logo, menos miséria significaria menos governo. Conseqüentemente, todos os candidatos identificados com o “aumento” das funções do governo quereriam, mesmo que não soubessem ou quisessem, mais miséria.<sup>27</sup> Assim, tendo em vista a polarização Lula/Collor, é claro que a *FSP*, sobretudo através desse conjunto de reportagens, apoiou a candidatura Collor por representar o anti-estatismo, por mais que criticasse o candidato. Dessa forma, o auto-requerido apartidarismo se desvanece, em nome seja de uma visão de mundo particular, seja (sobretudo) de interesses que o jornal representa. Ou ambos. *O fato de Collor representar a agenda ultraliberal foi, sem dúvida, o mote para a adesão de toda a grande imprensa à sua candidatura.*

Mas, ainda na passagem acima, sublinhamos sua parte final em razão da afirmação do jornal de não “querer substituir a sociedade” em seus julgamentos eleitorais. Em verdade, como *aparelho privado de hegemonia*, de fato não se trata de substituição, e sim de *dirigir seus leitores através da criação de imagens e representações* – tais como o “apartidarismo”, entre outras – que possibilitassem fazê-los reproduzir as idéias que o jornal esposasse. É claro que essa função “reprodutora” implica persuasão subliminar e veiculada a partir de um projeto editorial orgânico. Este, por sua vez, paulatinamente incluiu altos investimentos em marketing – o mesmo que o jornal tanto criticara nos candidatos – como forma de consolidar uma imagem de independência que, além do mais, valeu ao jornal como empresa um significativo aumento de faturamento.<sup>28</sup> Essa imagem editorial supostamente independente fora reiterada pelos quatro periódicos, que procuraram defender a agenda ultraliberal e as candidaturas que melhor a expressassem de forma a transmitir ao leitor a imagem de “neutralidade”.

### *Considerações finais*

Tendo-se constatado a semelhança no *modus operandi* dos jornais em foco – embora com perfis distintos, caso do *doutrinarismo liberal* do *JB* e de *OESP*, em contraste ao *pragmatismo* de *OG* e da *FSP* –, procurou-se compreender o sinuoso caminho da grande imprensa durante a “Nova República” com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal. O quarteto interpretou as *tendências in-*

*ternacionais ultraliberais* como desejáveis e inescapáveis, tendo como fio condutor a aclamação da precedência da esfera privada sobre a pública e do Capital sobre o Trabalho. Para tanto, os *exemplos internacionais* (países distintos supostamente bem-sucedidos em razão da adesão às reformas liberais) foram magistralmente utilizados como forma de demonstrar a vitória do capitalismo ultraliberal sobre todas as formas de intervencionismo.

Por trás das “informações” que afirmaram reportar, ocultaram-se jornais com objetivos ideológicos muito bem definidos, pois atuantes como *atores políticos, aparelhos privados de hegemonia e empresas capitalistas*.

Por isso, quando dos trabalhos constituintes em que sobretudo o papel da empresa nacional e do Estado na economia foram discutidos, os quatro jornais bateram-se por uma Constituição que fundamentalmente não distinguisse o capital nacional do estrangeiro, expressando assim o seu papel de *representante do Capital Global*. A rigor, durante todo o período constituinte, os jornais procuraram influir nos debates constitucionais através sobretudo de *imagens fortes, muitas vezes caricaturais*, quanto aos efeitos maléficos de uma economia cujo Estado participasse das relações produtivas. Além do mais, simbolicamente afirmaram que as “reformas orientadas para o mercado” levariam o país à “modernidade” e ao “Primeiro Mundo”: imagens essas que foram exploradas à exaustão.

Os periódicos aqui analisados atuaram em uníssono, sobretudo a partir de 1987, quando o país declarou moratória da dívida externa, permitindo-nos a conclusão de que a agenda político-econômica de Collor fora rigorosamente elaborada pelas elites representadas pela grande imprensa, sobretudo as classes médias e largos setores do capital nacional, associados (ou desejosos de se associar) ao capital estrangeiro. Dessa forma, o debate sobre o modelo de desenvolvimento nacional fora obstado por uma imprensa que se preocupou em estigmatizar os adversários – esquerda, nacionalistas e protecionistas –, taxando-os de “ultrapassados”, entre outros impropérios, o que implicou, portanto, um veto a qualquer diálogo com os que divergissem da forma e/ou do conteúdo da agenda ultraliberal. Os periódicos atuaram, portanto, de forma antidemocrática e antipluralista, em contraste ao apregoado discurso de que seriam imprescindíveis – como empresas “livres” e “privadas” de comunicação – à democracia.

Por fim, em nome da *democracia, da opinião pública, da sociedade, do progresso e da modernidade*, os quatro jornais aprofundaram a dominação do Capital Global com vistas a implementar a hegemonia ultraliberal, agora num contexto pós-socialista e em pleno auge da terceira revolução industrial (elemento central da referida acumulação flexível). O *modus operandi* dos periódicos assemelhou-se ao chamado “pensamento único” (típico, aliás, do ultraliberalismo), tendo em vista a articulação entre *forma e conteúdo* feita em prol da manutenção do *status quo* (a distribuição desigual da riqueza e do poder tal como estavam configura-



dos), o que implicou uma justificação simplista do capitalismo contemporâneo. Os periódicos, portanto, divulgaram de forma vulgarizada um tema altamente complexo e com conseqüências enormes às gerações futuras. Esse papel político-ideológico dos jornais aqui analisados faz-nos refletir sobre o verdadeiro papel da imprensa privada numa sociedade que se requer democrática.

### *Notas*

---

1. Utilizamos o termo *ultraliberal*, em vez de “neoliberal”, devido ao uso indiscriminado deste último, que mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um *ultraliberalismo* revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda claramente determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco.

2. No que tange à expressão *opinião pública*, utilizada abundantemente pelos periódicos, que se colocam como representantes da mesma, descartamo-la como categoria explicativa, pois: a) “opinião pública” para os grandes jornais significa a “opinião” de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes, ou seja, as classes médias e proprietárias – trata-se portanto de uma expressão absolutamente restritiva; e b) (mais importante) essa expressão é invocada pelos jornais, em inúmeras situações, simplesmente para identificar a *sua (do jornal) própria opinião*, que, embora privada, pretende se passar por “pública”.

Por tudo isso, “opinião pública” funciona essencialmente como um recurso retórico-ideológico estratégico e fundamentalmente voltado a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar. Daí o descartarmos como conceito analítico.

3. Como se sabe, “trincheiras ideológicas” e “guerra de posições” são conceitos elaborados por Antonio Gramsci como forma de compreender o papel das superestruturas ideológicas nas sociedades em que a sociedade civil é complexa e desenvolvida, sendo a dominação sofisticada e subliminar. Dessa forma, o referencial teórico que adotamos tem como premissa que *hegemonia* é um conceito fundamental à dominação, sobretudo em se tratando da imprensa.

4. Para além do processo produtivo em si, a formação do *Grupo Folha* como amostra da constituição de um complexo empresarial de notícias é discutida por Taschner (1992).

5. É interessante observar que este texto sinaliza grandes problemas sobre o caráter da imprensa que, do ponto de vista do duplo papel apontado dos jornais, são confluentes à perspectiva de Gramsci.

6. Sobre a ausência de controles em relação à “mercadoria notícia”, ver o meu artigo “Democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos”, em Ianni et alii (2000).

7. Como aludido, este trabalho, assim como a tese que o originou, privilegia os

*editoriais*, pois eles representam tanto a posição oficial quanto a linha ideológico-editorial de conduta dos jornais, e, por isso, serão os alvos principais de nossa análise. Segundo José Marques de Melo, nas sociedades capitalistas,

“(...) o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.

Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (Melo, 1994: 96-7).

O *editorial* representa, portanto, segundo a passagem acima, um *locus especial* no jornal, tendo em vista condensar seus múltiplos interesses. Acreditamos que o editorial, além de dialogar com o Estado, objetiva influenciar outros grupos sociais – tais como partidos políticos, movimentos sociais, representantes orgânicos de classes sociais, entidades profissionais, entre outros –, dado que essas entidades são retransmissoras potenciais da opinião do jornal. Por outro lado, o jornal é canal de expressão de determinados setores – no caso da grande imprensa, sobretudo das *camadas médias* e do *Capital*. Trata-se, assim, de uma

relação dialética, compreensível somente através da observação sistemática do processo histórico e do posicionamento dos jornais perante o mesmo.

8. Entre outros autores, baseamo-nos em especial no livro seminal de Terry Eagleton (1991) para a definição e problematização do controverso conceito de ideologia.

9. Esse histórico debate sobre o planejamento, protagonizado por ambos, encontra-se em Gudin e Simonsen (1978). Para uma análise pormenorizada do debate econômico entre intervencionistas e liberais, ver Bielschowsky (1996).

10. Para ilustrar o embate doutrinário-ideológico brasileiro (e latino-americano) ao longo das décadas subsequentes aos anos 40 do século XX, deve-se ressaltar o papel da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) como agência problematizadora dos efeitos das assimétricas relações entre os países *centrais* e os *periféricos* do sistema capitalista, cuja desigualdade dos termos de troca entre os países ganha notoriedade. Deve-se também ressaltar o papel da chamada *Teoria da Dependência*, que se esforçou para compreender a assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, valorizando-se assim o planejamento como instrumento central ao desenvolvimento, entre outros mecanismos antitéticos ao pensamento liberal. Do ponto de vista histórico, mesmo quando o militares tomaram o poder, em 1964, o discurso fortemente anticomunista das Forças Armadas não representou uma ruptura com o modelo estatal de desenvolvimento na economia, que, embora conservador, fora aprofundado através de inúmeros mecanismos.

11. Baseamo-nos aqui na análise de Harvey (1989).



12. Essa resistência é sintetizada na criação da *Sociedade Mont Pélerin*, espécie de internacional liberal, em 1947, por Hayek. Cf. Cockett (1995).

13. É fundamental observar, como discutiremos mais abaixo, que essas transformações tecnológicas no campo informacional atingem fortemente a indústria da notícia, tendo em vista a necessidade desta em fazer circular com rapidez as informações. Sobretudo os grandes jornais serão concitados a reestruturar seu parque editorial, com reflexos importantes em suas posições ideológicas.

14. Em verdade, essas supostas características do que se chama – de forma completamente imprecisa e generalizante – de *globalização* correspondem em grande medida a um *mito convenientemente* criado, sobretudo a partir dos EUA, como forma de abrir mercados protegidos na maior parte dos países. Cf. Hirst e Thompson (1996).

15. Ressalte-se que o tema da “reforma” dos Estados nacionais ocupa papel-chave na Agenda internacional, caracterizando-se, paradigmaticamente, como “*reformas orientadas para o mercado*”, à luz, portanto, da hegemonia ultraliberal.

16. Os *think tanks* podem ser definidos como “tanques o usinas de pensamiento que trascienden las fronteras del conocimiento en sí mismo y se proyectan a ámbitos de decisión política o económica (...) varios medios de comunicación funcionan como verdaderos promotores de ideas y que su influencia, aún a pesar de cierta ‘liviandad’ científico-académica, suele ser mucho mayor que la del pensamiento académico riguroso” (Thompson, 1994: 12). Portanto, os *think tanks* têm a função de elaborar certas idéias estratégicas e influenciar sua inculcação em determinados grupos. Transitam da

academia aos meios de comunicação, sempre com objetivos muito bem definidos.

17. As transcrições (de excertos) de editoriais e matérias dos periódicos não obedecerão necessariamente à cronologia em que foram publicados, pois o que mais nos interessa é tanto a análise de temas vinculados ao embate em foco quanto (sobretudo) o processo ideológico que levou à hegemonia das idéias ultraliberais, o que de certa forma independe de uma ordenação estritamente cronológica.

18. Isto é, o Capital como um todo, independentemente da origem geográfica, do setor de atuação e do modo de operar.

19. Embora paradoxal em termos doutrinários, o “liberalismo positivista” de *OESP* se justifica em razão de a defesa do liberalismo econômico conviver com a ênfase à ordem, ordem esta em que as Forças Armadas, entre outros exemplos, possuem papel – instrumental e simbólico – central para o jornal, que, além do mais, apoiou fortemente o projeto constitucional mantenedor da tutela militar sobre a sociedade.

20. Em verdade, é destituída de sentido a contrariedade declarada de *OESP* para com seus pares da imprensa, pois toda ela, com maior ou menor ênfase, adota os mesmos pressupostos e imagens e possui projetos muito semelhantes ao do periódico em foco. Não bastasse a unanimidade na grande imprensa, *OESP* parece requerer o fechamento de todo e qualquer espaço aos “atrasados” que se opõem ao projeto liberal, infere-se.

21. Assim como os termos (universalizantes) “opinião pública”, “nação”, “povo”, “sociedade”, entre outras, “modernidade” mais encobre do que revela, pois para cada um destes as correntes ideológicas os preenchem com conteúdos radicalmente distintos,



chegando mesmo a interpretações antitéticas. Portanto, é necessário precisar o que *OESP* – e toda a grande imprensa – entende por *modernidade*, pois sua utilização dá-se de maneira a provar teses, por parte do jornal, que o mesmo considera indiscutíveis, quando, na verdade, o conteúdo das mesmas é intrinsecamente controverso.

22. O governismo de *OG*, ou melhor, do Sistema Globo de Comunicação, do qual o jornal é apenas uma parte, é verificável historicamente em virtude da obtenção de privilégios em relação ao Estado, tendo-se como contrapartida o apoio a – quase, pois o jornal conspirou contra João Goulart – todos os governantes.

23. Baseamo-nos aqui no livro seminal de Offe (1984).

24. A volatilidade ideológica da *FSP* se explica pelo fato de o jornal mudar de posicionamento de tempos em tempos, não guardando um fio condutor doutrinário desde que a família Frias de Oliveira assumiu o comando do Grupo Folha.

25. Falamos em Estado “aproximadamente” ultraliberal em razão de o programa, como um todo, desta doutrina, jamais ter sido integralmente implementado. Mais ainda, sobretudo nos países em que o Estado de bem-estar social fincou raízes históricas, houve resistências dos setores sociais organizados e dependentes da seguridade social, que conseguiram manter certos níveis de investimento estatal em áreas sociais.

26. O tema da “modernidade” é aqui requerido como *modus operandi* do próprio jornal: esta assertiva é auto-requerida por todos os periódicos em tela.

27. Essa série de reportagens, que durou cerca de três semanas, foi *diariamente comentada nos editoriais*, e versou sobre inúmeros temas, tais como: renúncias

fiscais, monopólio estatal do petróleo, índices sociais, burocracia, educação pública, estrutura tributária, subsídios e patrimonialismo, entre inúmeros outros. Todos os temas abordados procuraram demonstrar ostensivamente a inépcia governamental quanto à “questão social” em razão do atendimento privilegiado a determinados segmentos, especialmente os burocráticos, corporativos e empresariais. Portanto, quanto menos governo (intervenção do Estado), menos miséria. Enfatize-se que o fato de essa série ter se iniciado e encerrado com *editoriais em primeira página* (incomum a esse jornal) é por si só significativo.

28. Não dispomos de dados sobre faturamento, mas é de domínio público que o jornal, ao expandir enormemente suas vendas, auferiu lucros compatíveis com estas. Além do mais, em 1995 construiu um sofisticado parque gráfico nas cercanias de São Paulo; não bastasse isso, a modernização do processo produtivo do jornal, notadamente através da aquisição de tecnologia e equipamentos importados, é um processo constante na *FSP*, sendo assimetricamente acompanhado pelos outros jornais, no período de análise em foco. Por exemplo, em 1989 o jornal faz alarde, em *reportagem* em tom ufanista, por ter investido US\$ 10 milhões em equipamentos “com recursos próprios”. Na mesma reportagem faz considerações acerca da circulação dos jornais concorrentes, demonstrando sua superioridade nas vendas. Diz que, no primeiro semestre de 1989, o diferencial era: “5,85% superior ao registrado pelo ‘O Globo’ (...), 33,07% sobre ‘O Estado de S. Paulo’ (...) e 44,50% em relação ao ‘Jornal do Brasil’” (*FSP*, reportagem, 19/11/1989). Note-se, contudo, que o Sistema Globo vem rivalizando com a *FSP* em termos tecnológicos e de investimentos em seu parque gráfico.



Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. 1996. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BRUNHOFF, Suzane de. 1991. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo, Unesp.
- BORIN, Jair. 1993. "Imprensa: empresas e negócios – um perfil quantitativo/qualitativo do mercado da notícia no Brasil". São Paulo, USP, ECA (Tese de Livre-Docência).
- CAPELATO, Maria H. 1988. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp.
- & PRADO, Maria L. 1980. *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega.
- COCKETT, Richard. 1995. *Thinking the unthinkable (think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983)*. London, Harper Collins.
- COUTINHO, Carlos N. 1994. *Marxismo e política: a dualidade de poderes*. São Paulo, Cortez.
- EAGLETON, Terry. 1991. *Ideology, an introduction*. Oxford.
- GRAMSCI, Antonio. 1985. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- . 2001. *Cadernos do cárcere*, 5 vols. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GUDIN, Eugênio & SIMONSEN, Roberto. 1978. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes.
- HARVEY, David. 1989. *The condition of postmodernity*. UK, Oxford.
- HAYEK, F. 1987. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura/Inst. Liberal.
- HOBSBAWM, Eric. 1995. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das Letras.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. 1996. *Globalization in question*. Oxford.
- IANNI, Octavio et alii (orgs.). 2000. *Desafios da comunicação*. Petrópolis, Vozes.
- MELO, José Marques de. 1994. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
- OFFE, Claus. 1984. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- TASCHNER, Gisela. 1992. *Folhas ao vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- THERBORN, Göran. 1992. "A crise e o futuro do capitalismo", em SADER, E. et alii (orgs.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Atica.
- THOMPSON, Andrés A. 1994. *"Think tanks" en la Argentina (conocimiento, instituciones y política)*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad.
- WEBER, Max. 1992. "Para una sociologia de la prensa". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, n. 57, jan.-mar.
- (Recebido para publicação em dezembro de 2002)